

A prática educativa dos movimentos sociais na construção da agroecologia¹

Marcio Gomes da Silva ^{*}
Marcelo Loures dos Santos ^{**}

The educacional practice of social movements in the construction of agroecology

* Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa. Professor do Departamento de Educação, Universidade Federal de Viçosa.

** Doutorado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Viçosa.

RESUMO: O objetivo deste artigo foi analisar a importância da democracia ampliada no desenvolvimento da justiça social a partir das práticas educativas desenvolvidas pelo “Movimento Agroecológico” da zona da mata mineira. Teve como base empírica as ações do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – SINTRAF, de Espera Feliz/MG. As questões norteadoras deste estudo foram: há elementos dessas práticas educativas que poderiam configurar uma “pedagogia agroecológica? Qual a relação dessas práticas com a educação popular? Que práticas foram essas e de que forma geraram mudanças nas práticas dos agricultores e agricultoras familiares? As práticas analisadas foram constituídas por espaços voltados para a agricultura familiar e para a democratização dos espaços de produção. Suas ações geraram mudanças nas práticas de agricultores e agricultoras familiares na construção das políticas públicas para a agricultura familiar e na competência para acessá-las, contribuindo para a permanência do agricultor no campo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Popular; Práticas educativas; Movimento Agroecológico.

ABSTRACT: *The objective of this paper was to analyze the importance of extended democracy in the development of social justice from educational practices developed by “Ecological Movement” of the zona da mata of Minas Gerais, on empirical basis of actions of Union workers in Agriculture-SINTRAF-of Espera Feliz-MG. The question that has guided the study was: there are elements of these educational practices that could set up an “agroecological pedagogy”? What is the relationship of these practices with the popular education? What were these practices and how they have generated changes in the practices of family farmers? The practices examined were constituted by spaces directed to family farming and to the democratization of production spaces. Their actions have generated changes in the practices of farmers in the construction of public policies for family farming and the competence to access them, contributing to the permanence of the farmer in the fields.*

KEYWORDS: *Popular education; Educational practices; Agroecological Movement.*

1. INTRODUÇÃO

A emergência dos movimentos sociais como protagonistas de processos educativos voltados para a emancipação social efetiva-se nos finais do século XX e nas primeiras décadas deste, como a concretização de uma crítica histórica à educação formal, com origem em uma ampla linhagem de educadores progressistas. Os movimentos sociais, nesse sentido, apresentam-se como arautos de uma proposta alternativa de educação, voltada para uma ampla participação e a justiça social.

Segundo Wanderley (2010), essa relação entre os movimentos sociais e a educação é histórica e estrutural, enfatizando seu potencial para a organização da sociedade, os rumos que a ela se pretende dar e, principalmente, na formação de sujeitos participativos nesse processo. Essa é considerada, ainda, uma vertente particular na área da educação, dada a preferência do meio acadêmico para a educação regular, formal e escolar, em que está maciçamente direcionada sua atenção (GOHN, 2011).

Tendo uma longa história na América Latina e no Brasil, cuja principal referência é Paulo Freire, a relação entre movimentos sociais e educação pode ser caracterizada como uma educação popular. Wanderley (2010) caracteriza a educação popular segundo diferentes orientações: (a) a integrativa, que visa incluir todos os cidadãos no processo educativo; (b) a nacional-populista, que visa homogeneizar as demandas da nação para seu desenvolvimento; e (c) e a libertária, cujas características são o fortalecimento da conscientização, participação e formação popular a partir de sua cultura e saberes, para uma transformação de sua realidade e do sistema social no qual estão inseridos. Caracteriza-se, portanto, por um modo de produção de conhecimento com uma intencionalidade política voltada para a transformação e produção de justiça social a partir dos pressupostos da democracia ampliada. Ela deve ser compreendida aqui como promoção de espaços participativos, horizontalizados e deliberativos, nos quais a produção de conhecimento e de ações ocorre nos processos interativos produzidos. A justiça social, por sua vez, deve ser compreendida como a possibilidade de conversão de indivíduos, outrora oprimidos, em sujeitos capazes de definir e atuar, em comunhão, sobre diferentes âmbitos de sua comunidade (LUCIO-VILLEGAS, 2015). É

a partir dessa perspectiva que passaremos a caracterizar a educação popular e as práticas educativas engendradas em seu âmbito.

Orientado pela educação popular, emerge o movimento agroecológico como uma alternativa ao desenvolvimento da agricultura brasileira, cujos princípios e práticas educativas visam à formação de sujeitos coletivos do campo (PETERSEN; ALMEIDA, 2006). Organizado nacionalmente por uma diversidade de organizações e movimentos sociais², a agroecologia é definida como ciência, prática e movimento (WEZEL et al., 2009). Como ciência, a Agroecologia é multidisciplinar, aportando as bases do novo paradigma científico. Tem no agroecossistema³ e na experiência desenvolvida pelos povos do campo sua unidade de análise. Como prática, a Agroecologia resgata e ressignifica práticas tradicionais de manejo dos agrossistemas, ambientalmente sustentáveis, com uso de recursos locais, o que permite a inclusão social das famílias do campo e promove sua autonomia. Como movimento, a Agroecologia suscita discussões sobre os modelos de desenvolvimento do campo e seus impactos ambientais, sociais, culturais, políticos e econômicos, afirmando-se como um modelo de agricultura e de sociedade que tem na Educação do Campo seu esteio. Parte-se da hipótese que a construção do conhecimento agroecológico, envolvendo ciência, prática e movimento, também se dá por meio da educação popular, nas diferentes relações entre ser humano e natureza e no domínio de conhecimentos e técnicas adaptadas a cada bioma, cultura e modo de vida dos sujeitos do campo.

Nesse sentido, o objetivo deste estudo é analisar, em uma perspectiva histórica, a importância da democracia ampliada no desenvolvimento da justiça social a partir das práticas educativas desenvolvidas pelo “Movimento Agroecológico”; tendo como base empírica as práticas educativas desenvolvidas pelo Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – SINTRAF de Espera Feliz. As questões que se pretendem responder são: há elementos dessas práticas educativas que poderiam configurar uma “pedagogia agroecológica”? Qual a relação dessas práticas com a educação popular? Que práticas foram essas e de que forma geraram mudanças nas práticas dos agricultores e agricultoras familiares em direção à justiça social?

A escolha do município de Espera Feliz como base empírica está diretamente relacionada aos processos educativos desenvolvidos desde a

criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, na década de 1980⁴. Para responder a estas questões foram realizadas: (1) *entrevistas semiestruturadas*⁵ com dirigentes do Sindicato que participaram dos processos formativos e foram ou são coordenadores de alguns processos educativos estruturados pelo Sindicato, buscando identificar as práticas formativas desenvolvidas, seus pressupostos e sua intencionalidade ao longo do percurso histórico do SINTRAF; (2) *pesquisa documental*⁶, com o objetivo de identificar a relação entre as práticas educativas desenvolvidas pelo SINTRAF e os pressupostos teórico-metodológicos que orientaram o movimento agroecológico, em especial aquele desenvolvido na Zona da Mata; (3) *observação participante*⁷ de eventos, espaços formativos e práticas educativas do SINTRAF, com ênfase na escolinha sindical, no cursinho popular e nos intercâmbios realizados em parceria com o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata – CTA-ZM⁸. O histórico de constituição do Sindicato, bem como da rede de agroecologia na zona da mata e do chamado “Movimento Agroecológico” no Brasil, foi identificado a partir de *pesquisa bibliográfica*.

2. GENEALOGIA DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS: “VER, JULGAR E AGIR”

Para analisar a “origem” das práticas educativas desenvolvidas pelo movimento agroecológico na zona da mata – e especificamente pelo SINTRAF – será resgatada a história de sua base social a partir da qual estas práticas foram estabelecidas.

O SINTRAF foi constituído a partir de 1986, identificando-se dois contextos históricos distintos. O primeiro, voltado para a garantia de direitos, insere-se em um contexto de exploração do trabalho em relação aos “boias-frias” e “meeiros”⁹. O segundo, já marcado pela inserção da agricultura familiar na agenda das políticas públicas voltadas para o meio rural, o que provocou mudanças significativas na atuação do SINTRAF, inclusive de suas práticas educativas (SILVA; DIAS; SILVA, 2014).

O primeiro contexto é um marco histórico importante, pois se estabelecia no Brasil o trabalho das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), compostas por grupos de pessoas de uma mesma localidade (bairro, comunidade rural etc.) que se reuniam para realizar leituras e reflexões sobre documentos bíblicos e

eclesiais, confrontando-os à vida cotidiana. Além das discussões sobre a religião, eram abordados problemas comunitários, a partir dos quais eram organizados conselhos, ou assembleias, com ampla participação de seus membros. A Igreja transformava-se em um espaço de manifestação da fé religiosa, mas também de reflexão coletiva sobre a vida nas comunidades rurais. Das CEBs provinha um número considerável de militantes que atuavam nestes espaços (OLIVEIRA; ROTHMAN, 2008).

É nesse contexto que se desenvolveu o trabalho da Comissão Pastoral da Terra (CPT), influenciada pela Teologia da Libertação, junto aos agricultores e agricultoras familiares da Zona da Mata. Estas entidades possuíam como foco principal a organização de “pequenos agricultores” e a resistência ao modelo de desenvolvimento imposto pelo processo de modernização da agricultura¹⁰.

Ao longo de toda a década de 1980, em diferentes municípios da Zona da Mata, foram fundados Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), em um contexto político marcado pelo fim do regime militar e pela redemocratização política do país. Este foi um marco histórico para suas práticas educativas, considerando que o envolvimento de agricultores e agricultoras nesses espaços de reflexão fomentou sua organização política e consolidou um processo desta cultura (GOHN, 2005).

As práticas educativas desenvolvidas nesse período pelas CEBs eram orientadas por uma perspectiva teórico-metodológica descentralizada, sistematizadora e predominantemente local, situando-se fora dos referenciais ideológicos doutrinários de esquerda que predominavam na época, e sendo adotada por vários movimentos sociais no Brasil (PETERSEN; ALMEIDA, 2006; WANDERLEY, 2010). Tal perspectiva esteve diretamente relacionada às resoluções do Concílio Vaticano II¹¹, tornando-se responsável pelo engajamento dos agentes eclesiais e se propagando no campo (FAVARETO, 2006). Suas práticas pedagógicas eram orientadas pelo princípio do “ver, julgar e agir”, dando o tom da educação popular no Brasil e na América Latina (WANDERLEY, 2010).

Também a partir do tríptico “ver, julgar e agir”, a Teologia da Libertação orientou suas práticas educativas, interpretada na forma de levantamento de elementos para interpretar a realidade (ver), tomar consciência (julgar) e na proposição de ações voltadas para a transformação da realidade (agir) (KLENK,

2014). A apropriação desses pressupostos, no entanto, é demarcada por uma ruptura com a teologia eurocêntrica, fazendo crítica à dimensão do progresso e focalizando nos custos humanos dele decorrentes, mais especificamente a opressão social e econômica.

Dada a participação ativa das práticas educativas das CEBs na organização comunitária dos camponeses de Espera Feliz e na fundação do SINTRAF, como foi apresentado, consideramos a possibilidade de encontrar também nas práticas educativas do SINTRAF, os mesmos princípios. No entanto, a presença de outras formas de organização no histórico de diferentes sindicatos a partir da década de 1990, segundo Petersen e Almeida (2006), levou-nos a perguntar como teria ocorrido esse diálogo entre tais perspectivas.

3. A AGROECOLOGIA COMO PROCESSO EDUCATIVO: O MOVIMENTO AGROECOLÓGICO DA ZONA DA MATA MINEIRA

O surgimento das Comunidades Eclesiais de Base e do Movimento Boa Nova é um marco histórico na constituição da agroecologia na zona da mata mineira. Tanto no que se refere à constituição de processos organizativos quanto em relação à temática ambiental. De acordo com Petersen e Almeida (2006), foi exatamente pelos processos sociopolíticos e organizativos promovidos a nível comunitário pelas CEBs que o “movimento agroecológico” emerge no Brasil. Alguns princípios que orientavam a ação das CEBs podem ser encontrados nas práticas educativas, ou nas “metodologias” de intervenção social promovidas pelo “movimento agroecológico”. Tais princípios referem-se a: a) organização das ações a partir das questões colocadas pelos cotidianos das famílias; b) valorização das iniciativas locais das famílias e às formas de proximidade e trabalho coletivo visando otimizar o uso dos recursos locais voltados para busca de autonomia; e c) o desenvolvimento de ações de forma a valorizar as relações preexistentes nas comunidades (PETERSEN; ALMEIDA, 2006).

Um dos marcos do movimento agroecológico na zona da mata mineira e resultado dos processos formativos das CEBs foi a fundação do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata Mineira – CTA-ZM, entidade que assumiria, ao longo de toda sua trajetória, um papel central na estruturação do movimento agroecológico na zona da mata. Entre os atores envolvidos

na criação do CTA-ZM destacam-se líderes sindicais, pequenos agricultores e agricultoras e profissionais das ciências agrárias engajados no movimento por uma agricultura alternativa e que atuavam na Zona da Mata. Por meio dos processos formativos estabelecidos pela CEBs, se constituíram cerca de 15 sindicatos dos trabalhadores rurais na Zona da Mata (SILVA, 2010), que deram base social à criação do CTA-ZM. A trajetória de estruturação do CTA-ZM, em seu trabalho de resgate de tecnologias e experiências alternativas, guarda também uma forte vinculação com o Projeto PTA-FASE¹², que irá se engajar, a partir de 1983, em um esforço de criação de Centros de Tecnologias Alternativas em diferentes regiões do país.

As relações construídas ao longo do tempo entre o CTA-ZM e os sindicatos de trabalhadores rurais foram e continuam sendo fundamentais para a estruturação do movimento agroecológico existente na região. Ainda na década de 1980, em consonância com o debate mais geral que vinha sendo travado pelo chamado “campo da agricultura alternativa” em nível nacional, produzir sem agrotóxicos tornou-se uma bandeira importante para a rede de organizações que atuava na Zona da Mata.

Ao se falar em intervenção social voltada para a promoção da agroecologia tem-se na democracia ampliada sua premissa, a qual se instrumentalizará teórica e metodologicamente na abordagem participativa. Essa abordagem traz elementos importantes para se pensar o desenvolvimento de agroecossistemas. A orientação principal está no respeito às dinâmicas e culturas locais, de forma que, a partir de instrumentais metodológicos, seja possível estimular processos coletivos e de geração de conhecimento (WEID, 2001). É a partir de processos educativos e participativos de caráter transformador, por meio do qual os sujeitos buscam a construção e sistematização do conhecimento de forma a atuar na realidade com soluções adequadas às condições de cada agroecossistema que se constitui a extensão rural agroecológica (CAPORAL, 1998).

A instrumentalização dessa concepção se dá por meio de práticas e ferramentas, utilizadas principalmente pelas ONGs (PETERSEN; ALMEIDA, 2006). Pode-se destacar, dentre esses instrumentais, os Diagnósticos Rápidos Participativos (DRPs), definidos como um conjunto de métodos e técnicas que

permite à população o reconhecimento da realidade, bem como o planejamento das ações que irão incidir sobre essa realidade (CHAMBERS, 1994).

As mudanças nas práticas educativas, estruturadas em metodologias de intervenção social no movimento agroecológico na zona da mata mineira, possuem marcos históricos que ajudam a compreender os condicionantes dessas mudanças, seu contexto social e político.

A fase inicial de estruturação do movimento agroecológico na zona da mata mineira foi marcada pela disseminação de tecnologias alternativas e por um trabalho continuado de assessoria sindical com base na participação comunitária e sua organização social, característica do modelo de democracia ampliada.

Tem-se aqui uma assessoria marcada por práticas educativas de disseminação de um conjunto de técnicas, tais como produção de caldas, compostagem, curva de nível. De acordo com Petersen e Almeida (2006), essas técnicas não eram capazes de promover a incorporação de uma postura pedagógica reflexiva e problematizadora em relação aos métodos difusionistas adotados por programas convencionais de desenvolvimento agrícola. Sem querer resumir todo o processo educativo estabelecido durante a difusão dessas técnicas, a orientação estava mais voltada para “substituição” das técnicas vinculadas aos pacotes tecnológicos promovidos pela revolução verde por técnicas “alternativas”.

A segunda fase da trajetória do movimento agroecológico da zona da mata, que se desenvolve principalmente a partir da década de 1990, envolveu uma mudança na estratégia de atuação do CTA-ZM e na própria conformação do movimento. Essa inflexão esteve ligada não apenas às dinâmicas políticas, organizativas e de construção do conhecimento na zona da mata, mas reflete, também, redefinições estratégicas ocorridas no âmbito nacional.

De acordo com Dias (2004), as estratégias de difusão das tecnologias alternativas possuíam fatores limitantes que impediam a difusão das informações e animação dos processos junto ao conjunto de agricultores. Tais fatores se referiam tanto à falta de técnicos quanto à própria formação profissional.

A partir da década de 2010 se insere um novo enfoque que orientará as práticas educativas do movimento agroecológico na zona da mata. A partir do

período histórico analisado percebe-se que o enfoque se deu, em um primeiro momento, a partir de difusão de tecnologias alternativas, vinculados a técnicas desenvolvidas na propriedade rural. Em outro momento as práticas se orientam por intervenções no agroecossistema, inserindo temas relacionados a processos organizativos e políticos, principalmente ao que se refere às políticas públicas de agricultura familiar que incidem diretamente nos processos de transição para a agroecologia, e, recentemente, o enfoque territorial da agroecologia.

Esse deslocamento conceitual, ou abordagem de orientação metodológica, estabeleceu novas práticas educativas desenvolvidas tanto pelo CTA-ZM, quanto pelo movimento agroecológico nacional. Em documentos e relatórios desenvolvidos por encontros promovidos pela Articulação Nacional de Agroecologia¹³ fica evidente como o debate sobre território e agroecologia passou a ser uma orientação nacional e implica, diretamente, nas práticas educativas das redes de agroecologia nos diferentes territórios.

O enfoque territorial da agroecologia insere temas e conteúdo que passam a compor a estrutura das práticas educativas. Esses temas referem-se aos conflitos vividos em torno da agricultura nos diferentes territórios, envolvendo conflitos socioambientais, segurança e soberania alimentar, questão de gênero e geração, comercialização e acesso a mercados e à educação do campo.

Apesar de cada tema ter desdobramentos em ações específicas que envolvem a dimensão técnica da assistência aos agricultores e agricultoras, os pressupostos da democracia ampliada continuam presentes, em especial em uma prática educativa de análise da agroecologia que, a partir do enfoque territorial, passou a ser desenvolvida, nacionalmente, por diversas organizações. Trata-se das Caravanas Agroecológicas, práticas educativas adotadas como exercício preparatório do III Encontro Nacional de Agroecologia de 2013, no município de Juazeiro, na Bahia.

A estrutura metodológica da Caravana Agroecológica envolve a elaboração de um roteiro de observação, a partir de temas geradores, visitas a experiências agroecológicas ou áreas de principal conflito nos territórios, avaliação e análise coletiva das práticas e realidades visitadas. Esse é um exercício descentralizado de análise coletiva, visando contrastar esses padrões opostos de desenvolvimento rural.

Em vez de focar as experiências agroecológicas a partir dos eixos temáticos, a nova perspectiva propõe uma visão integradora entre as diferentes dimensões referenciadas à realidade dos territórios enfocados. Nesse sentido, como um desdobramento dos princípios da democracia ampliada, a justiça social passa a ser o foco na eleição das questões estruturantes que ampliarão o enfoque da agroecologia, como por exemplo: a posse da terra/direitos territoriais; soberania, segurança alimentar e nutricional; proteção, manejo e conservação dos recursos naturais; mercados; identidades e cidadania; questões sócio-organizativas; conflitos socioambientais e políticas públicas; e questões de gênero.

As visitas a experiências variadas, em suas dimensões econômicas, sociais, ambientais e culturais, assim como as ameaças que enfrentam para se desenvolver, promovem uma intensa troca de saberes entre agricultores(as), técnicos(as), estudantes, gestores(as) públicos(as), professores(as), dentre outros setores da sociedade, evidenciando as virtudes, os avanços e as dificuldades enfrentadas pelas iniciativas agroecológicas em curso país afora. As caravanas permitem ainda o contato com pessoas que nunca ouviram falar sobre agroecologia, criando um ambiente político, social e cultural, propício para o seu florescimento junto à sociedade.

No que se refere às organizações sociais envolvidas na construção das Caravanas, tem-se uma modificação das formas de atuação e análise dos contextos de incidências técnica, com a inserção de novos temas, inserindo-se em espaços de atuação voltados às temáticas levantadas durante as caravanas agroecológicas e culturais. As análises realizadas nas caravanas também passaram a inserir novas agendas de pesquisa e práticas de ensino, por instituições que compõem a rede de agroecologia na zona da mata.

Houve na zona da mata mineira, a partir do movimento agroecológico, uma ampliação do escopo de intervenção social voltada para a construção da agroecologia. Nesse sentido, é possível acenar positivamente para a importância da democracia ampliada no desenvolvimento da justiça social, uma vez que houve o avanço de um movimento social e o empoderamento de seus sujeitos coletivos, principalmente no âmbito das práticas educativas e incidência nas políticas públicas. Tal afirmação será sustentada na parte que segue.

4. AS PRÁTICAS INCORPORADAS PELOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS: É POSSÍVEL FALAR EM UMA PEDAGOGIA AGROECOLÓGICA?

Ao serem perguntados sobre as contribuições de suas práticas educativas para seus associados, os integrantes do SINTRAF identificam o acesso dos agricultores e agricultoras às políticas públicas de agricultura familiar como principal resultado. Esse acesso foi facilitado devido a um conjunto de experiências prévias, que geraram processos coletivos de aprendizagem capazes de viabilizar ações de desenvolvimento orientadas, de modo mais próximo e coerente, por demandas do universo da agricultura familiar (SILVA; DIAS; AMORIN JUNIOR, 2015). O SINTRAF, enquanto mediador social, promovia o acesso e os processos educativos necessários para a implementação das políticas. Em âmbito nacional e estadual, participou ativamente na construção das diretrizes das políticas públicas de agricultura familiar, como por exemplo, as diretrizes da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO. Como parte do movimento agroecológico da zona da mata, as ações do SINTRAF, apesar de localizadas, deram subsídios para elaboração da PNAPO. A partir das questões levantadas neste tópico, a saber: a importância da democracia ampliada no desenvolvimento da justiça social, verifica-se que as metodologias participativas adotadas nas práticas educativas desenvolvidas pelo SINTRAF favoreceram sua participação e construção das políticas públicas para a agricultura familiar, bem como a competência da comunidade para acessá-las. Os parágrafos a seguir evidenciam outras conclusões a partir dessas ações.

Nesse sentido, a segunda conclusão a partir das entrevistas é que tais políticas públicas de agricultura familiar contribuem para a permanência do agricultor no campo ao tornar possível produzir a partir de práticas alternativas. Uma terceira conclusão possível a partir das entrevistas realizadas diz respeito às contribuições da campanha contra o agrotóxico e em favor da agroecologia e da proteção ambiental, uma das bandeiras históricas do SINTRAF. Sobre as práticas educativas desenvolvidas, uma das entrevistadas menciona os intercâmbios entre famílias e a formação de jovens a partir da escolinha sindical e do cursinho pré-vestibular. Considera-se que a participação nesses espaços seja transformadora em termos de concepção e, ainda, que isso não

seja garantia de uma transformação em suas práticas. Revela a importância de se desenvolverem condições materiais favoráveis para essa mudança no sistema produtivo. Isso também pode ser verificado em uma das entrevistas, na qual houve menção ao uso de caldas pelos agricultores e agricultoras da região, inclusive com a presença de agricultores de outros estados e países, já que tais técnicas tradicionais se oferecem como uma alternativa aos agrotóxicos e são amigáveis em relação ao meio ambiente.

A partir das entrevistas é possível verificar que as principais mudanças estão na postura de agricultores e agricultoras na defesa da agroecologia em diferentes frentes de trabalho, seja na militância em favor de políticas públicas, na crítica ao agronegócio e tentativa de implementação de práticas agroecológicas, na organização das mulheres em defesa de uma participação igualitária nas relações familiares, políticas e produtivas. Tal movimento evidencia a íntima relação entre o uso de procedimentos fundados na democracia ampliada e o desenvolvimento de práticas coletivas em busca da construção da justiça social, evidente não apenas na autonomia do pequeno agricultor aos ditames do modelo imposto pela “Revolução Verde”, como tem sido discutido neste estudo, mas nesse caso específico, também na discussão de gênero e no reconhecimento do lugar da mulher na organização produtiva.

A partir da observação dos espaços educativos promovidos pelos intercâmbios agroecológicos organizados pelo CTA-ZM e SINTRAF e observação dos módulos da escolinha sindical, tem-se que essas metodologias não são apenas reproduzidas pelo Sindicato, mas adaptadas a contextos distintos, com a mesma orientação que as constituiu, qual seja, “partir da realidade dos agricultores”, dos pressupostos da educação popular, como demonstra uma entrevistada na pesquisa:

Geralmente a gente pega das práticas e orientações, das próprias experiências vivenciadas pelos agricultores e agricultoras. Pega as experiências vivenciadas por cada um leva para o coletivo. Ali a gente discute junto e através daquela experiência [...] e vai aperfeiçoando cada vez mais o trabalho de agroecologia [...] (agricultora familiar).

Outra conclusão, portanto, é que as práticas educativas não apenas se adaptam à realidade e geram mudanças apenas na prática dos agricultores e

agricultoras que são “público envolvido” nos espaços educativos ou de assistência técnica e extensão rural, mas os pressupostos são “institucionalizados” pelo conjunto de organizações vinculado ao SINTRAF (cooperativas, associações, espaços educativos, etc). Isso se estende também na forma de acesso e implementação de políticas públicas voltadas para agricultura familiar no município.

A interação do SINTRAF de Espera Feliz no âmbito do movimento agroecológico, desde a criação do CTA-ZM, em 1987, promoveu a formação de uma rede sociotécnica e sociopolítica em torno da agroecologia. A partir da rede sociotécnica, tem-se uma diversidade de acesso a conhecimentos técnicos que ajudam a aprimorar as técnicas agroecológicas dos agricultores e agricultoras vinculados aos STR e às organizações parceiras. São diversos projetos que envolvem universidade, entidade de extensão e organizações de representação política. Nesse sentido, as práticas educativas promovidas ganham uma diversidade de temas e processos sociais. Por exemplo, a demanda técnica sobre o acesso a uma política pública é suprida pela rede sociotécnica. Essa demanda traz aprendizados acerca do aperfeiçoamento das diretrizes das políticas públicas no sentido de ampliar o acesso.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas educativas desenvolvidas pelos movimentos sociais apresentam como características principais a preocupação com a transformação do contexto e participação dos envolvidos no processo de resolução dos problemas levantados. Historicamente, na América Latina, as práticas educativas desenvolvidas pelos movimentos sociais, principalmente aquelas orientadas pela Educação Popular libertária, chegam ao óbice a partir da sistematização de suas práticas na obra de Paulo Freire. Seus fundamentos revelam a centralidade do desenvolvimento humano para a transformação social, o que exige concepções e, por decorrência, práticas educativas construídas com este fim.

Nesse sentido, foram orientadas as CEBs, que tiveram um importante papel na organização dos povos do campo em todo o Brasil, especialmente no apoio à organização e formação de sindicatos de trabalhadores rurais. A preocupação com a temática ambiental, presente nas discussões das CEBs,

amplia-se na pauta dos SINTRAFs a partir da apropriação da pauta do movimento agroecológico na década de 1990. Articulando-se aos princípios da educação popular, o movimento agroecológico apresenta-se, portanto, como alternativa ao modelo de agricultura hegemônico, reconhecendo, disseminando e potencializando os conhecimentos dos povos do campo.

Desde a década de 1980, o município de Espera Feliz esteve envolvido em todos esses processos, desenvolvendo os trabalhos das CEBs, organizando o SINTRAF, participando da construção da rede CTA da região e, posteriormente, fundando uma cooperativa de crédito, uma escolinha sindical, um cursinho popular, dentre outras atividades.

Diante desse cenário, este artigo caracterizou a importância da democracia ampliada na construção de uma justiça social, a partir das práticas educativas do SINTRAF e das instituições dele originadas. Tais práticas educativas foram identificadas aqui como uma “pedagogia agroecológica”. Partindo dessa premissa, a adoção de um enfoque territorial da agroecologia começou a inserir temas e conteúdo que passaram a compor a estrutura das práticas educativas. Esses temas referem-se aos conflitos vividos em torno da agricultura nos diferentes territórios, envolvendo conflitos socioambientais, segurança e soberania alimentar, questão de gênero e geração, comercialização e acesso a mercados e a educação do campo. Uma das ferramentas mais características dessa pedagogia agroecológica, principalmente pela possibilidade de viabilizar os princípios de uma democracia ampliada, foram as Caravanas Agroecológicas. Amparadas nos princípios de uma Educação Popular Libertária, organizam-se sob a forma de uma análise coletiva de experiências e desafios agroecológicas a partir da visita dessas realidades por agricultores e agricultoras familiares, orientadas por temas geradores. Observou-se, portanto, que o SINTRAF, fundado no bojo dos princípios de organização e resolução participativa dos problemas locais, a constituição de uma rede de sindicatos que lutou por políticas públicas e garantiu o acesso a essas políticas, demonstrou haver não apenas a consolidação de espaços educativos e suas metodologias, mas também uma transformação das práticas educativas, caracterizando adaptação e desenvolvimento delas, no sentido da constituição de metodologias que fomentava uma rede de trocas entre agricultores e agricultoras familiares, com

participação da Universidade e de Organizações da rede PTA.

As ações do SINTRAF – Espera Feliz, desenvolvidas de forma indissociável às práticas educativas, geraram mudanças nas práticas de agricultores e agricultoras familiares, não apenas na construção das políticas públicas para a agricultura familiar e a competência para acessá-las, contribuindo para a permanência do agricultor no campo, mas fundamentalmente e com especial significado para as finalidades deste estudo, constituiu de espaços educativos voltados para a agricultura familiar e para a democratização dos espaços de produção. Entrevistas e observações de campo evidenciam que espaços educativos incorporaram e desenvolveram metodologias de intervenção utilizadas originalmente pelos sindicatos.

Esse conjunto de práticas, ao longo de um processo histórico, contribuiu para um processo de democracia ampliada na medida em que geraram incidências políticas em políticas públicas voltadas para agricultura familiar e agroecologia, tanto local, quanto nacionalmente. Suas temáticas e suas ações, buscando resolução para conflitos socioambientais, segurança e soberania alimentar; sobre o lugar da mulher, dos jovens e idosos nas relações sociais, no processo produtivo e nas relações sociotécnicas, bem como sobre o acesso a mercados e à educação do campo aos povos do campo, evidenciam a importância da educação popular libertária na promoção da justiça social.

NOTAS

1. Esta pesquisa foi financiada em parte pelo projeto “Políticas, Práticas Educativas e Meio Ambiente”, aprovado na chamada MCTI/CNPq/MEC/CAPEs no. 43/2013, bem como pela bolsa de pesquisa pós-doutoral em 2014 concedida a um dos autores pela CAPES (processo 1922-14-9).
2. O movimento agroecológico congrega instituições de pesquisa por meio da ABA – Associação Brasileira de Agroecologia, composta por várias universidades públicas e instituições de pesquisa e organizações da sociedade civil e movimentos sociais do campo por meio da ANA – Articulação Nacional de Agroecologia. Compõem a ANA o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Articulação do Semiárido – ASA; Confederação dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG; Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar- FETRAF; Comissão Pastoral da Terra – CPT; Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA; Redes de ONGs, União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES, dentre outras organizações e movimentos regionais.
3. “Um agroecossistema é, em resumo, um ecossistema artificializado pelas práticas humanas, por meio do conhecimento, da organização social, dos valores culturais e da tecnologia, de maneira que sua estrutura interna é uma construção social, produto da coevolução entre sociedades humanas e natureza” (GUHUR e TONAR, 2012).

4. Silva, Dias e Silva (2014) e Silva, Dias e Amorin Junior (2015) descrevem diversos processos organizativos que ocorreram no município desde a fundação do outrora denominado Sindicato dos Trabalhadores Rurais, atualmente com o nome de Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAF).
5. As entrevistas semiestruturadas “partem de questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração de conteúdo da pesquisa”(TRIVIÑOS, 1987, p.146).
6. “(...) a pesquisa documental consiste em saber esclarecer a especificidade e o campo de análise de conteúdo. Seria um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento de forma diferente. Seu objetivo consiste na representação condensada da informação” (MARCONI et al, 2006, p.29).
7. Essa técnica foi desenvolvida no sentido de compreender de forma detalhada as metodologias utilizadas em alguns processos educativos desenvolvidos pelo SINTRAF em parceria com outras organizações.
8. A Escolinha Sindical é um processo formativo estruturado não formal organizado pelo SINTRAF com jovens das comunidades rurais de Espera Feliz que ocorrem bimestralmente com discussão de diferentes temas. O cursinho popular é organizado pelo SINTRAF em parceria com a UFV e as escolas estaduais e municipais. Trata-se de um cursinho pré-enem que tem como tema, além dos conteúdos do ENEM, a discussão da agroecologia com estudantes que pretendem ingressar na Universidade. Os intercâmbios ou (campesino a campesino) são espaços de construção do conhecimento agroecológicos promovidos pelo CTA-ZM, uma ONG que atua há 27 anos com agroecologia na zona da mata mineira. Esses espaços são construídos em parceria com o SINTRAF.
9. A expressão “boia fria” é utilizada para descrever uma relação de trabalho assalariado no campo. Já o termo meeiro descreve uma relação em que de um lado tem-se o dono da terra e da lavoura, e de outro do trabalhador que irá produzir na terra (na qual não é o dono) e destinar metade da produção para o dono da terra arrendada (ou a meia), daí o termo meeiro.
10. As transformações provocadas pelo processo de modernização da agricultura no campo brasileiro foram marcadas por conflitos em várias regiões do país. Foi nesse período (décadas de 1950, 1960 e 1970) que diversas organizações camponesas emergiram (Ligas Camponesas, Federações Sindicais), apoiados por diversos setores, principalmente da Igreja Católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra – CPT (MARTINS, 1986).
11. O Concílio Vaticano II consolidou-se como um evento de grande importância para a emergência de um conjunto de ideias vinculadas à igreja de caráter progressista. Esse conjunto de ideias associadas à orientação da teologia da libertação foram componentes importantes de diversas mobilizações sociais ocorridas em toda América Latina na resistência contra regimes ditatoriais. As CEBs eram um espaço importante e estrutura na qual se ancorava essas mobilizações em nível comunitário (OLIVEIRA; ROTHMAN, 2008)..
12. O Projeto Tecnologias Alternativas (PTA) surgiu, originalmente, no início da década de 1980, como um projeto ligado à Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, organização não governamental fundada em 1961. Esta iniciativa tinha como objetivo pesquisar tecnologias alternativas e disponibilizá-las para os “pequenos produtores”. A partir de 1983, como resultado dos debates dos debates ocorridos no chamado “Encontro de Campinas”, do qual participaram organizações não governamentais de apoio e assessoria, representantes do movimento sindical, de

órgãos públicos e entidades profissionais, o Projeto PTA passará a investir esforços na construção de uma rede de articulação tendo como foco o tema das tecnologias alternativas, processo este que irá se desdobrar na estruturação da Rede Tecnologias Alternativas (Rede TA)..

13. Relatório do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências: Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, Soberania Alimentar, Economia Solidária e Feminismo. Salvador, Bahia, 26 a 29 de setembro de 2011. Relatório do III Encontro Nacional de Agroecologia. Juazeiro, Bahia, 2013.

REFERÊNCIAS

CAPORAL, F. R. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil.** 1998. 517 f. Tese (Doutorado em Agroecología, Campesinado e História) – ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, Córdoba, España, 1998.

CALDART, R. S. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo.** Estudos Avançados [online], v. 15, n. 43, p. 207-224, 2001.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** 3 ed. São Paulo, Expressão Popular, 2004.

CHAMBERS, R. **The origins and practice of participatory rural appraisal.** World Development, v. 22, n. 7, p. 953-969, 1994.

DIAS, M. M. **As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural: Um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA).** 2004. 207 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2010.

GOHN, M. da G. M. **Movimentos Sociais e Educação.** 6 ed. Rev. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, 2011.

FAVARETO, A. Agricultores, Trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 62, p. 28-44, out. 2006.

KLENK, H. Emmanuel Mounier e Paulo Freire: um estudo sobre a influência epistemológica do personalismo sobre o pensamento pedagógico de Paulo Freire. **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, n. 58, p. 244-256, set. 2014.

LUCIO-VILLEGAS, E. Paulo Freire: La educación como Instrumento para la Justicia Social. **Revista Internacional de Educación para la Justicia Social (RIEJS)**, v. 4, n. 1, p. 9-20, 2015.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia de Trabalho Científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 3 ed. Vozes: Petrópolis. 1986.

OLIVEIRA, F. R. C.; ROTHMAN, F. D. Arquidiocese de Mariana, Teologia da Libertação e Emergência do Movimento dos Atingidos por Barragens do Alto Rio Doce. **Política e Sociedade**, n. 12, p. 177-203, abr. 2008.

PETERSEN, P.; ALMEIDA, S. G. de. **Rincões transformadores**: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro – uma perspectiva a partir da Rede PTA. ASPTA, Rio de Janeiro (mimeo), 2006.

SILVA, M. G. da. **Políticas públicas de desenvolvimento rural e organizações de agricultura familiar no município de Espera Feliz/MG**. 2010. 192 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2010.

_____; DIAS, M. M.; SILVA, S. P. Relações e Estratégias de (Des)envolvimento Rural: políticas públicas, agricultura familiar e dinâmicas locais no município de Espera Feliz (MG). **RESR**, Piracicaba-SP, v. 52, n. 2, p. 229-248, abr./jun. 2014.

_____; _____; AMORIM JUNIOR, P. C. G. Mudanças Organizacionais em Empreendimentos de Agricultura Familiar a partir do Acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, p. 289-304, 2015.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas: 1987.

WANDERLEY, L. E. W. **Educação Popular:** metamorfoses e veredas. São Paulo, Cortez, 2010.

WEID, J. M. V. D. A trajetória das abordagens participativas para o desenvolvimento na prática das ONGs no Brasil. In: BROSE, M. (Org.) **Metodologias participativas:** uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001. p. 104-112.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. Agroecology is a science, a movement and a practice. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 29, p. 1-13, 2009.

Recebido em 17 de março de 2016

Aprovado em 10 de maio de 2016